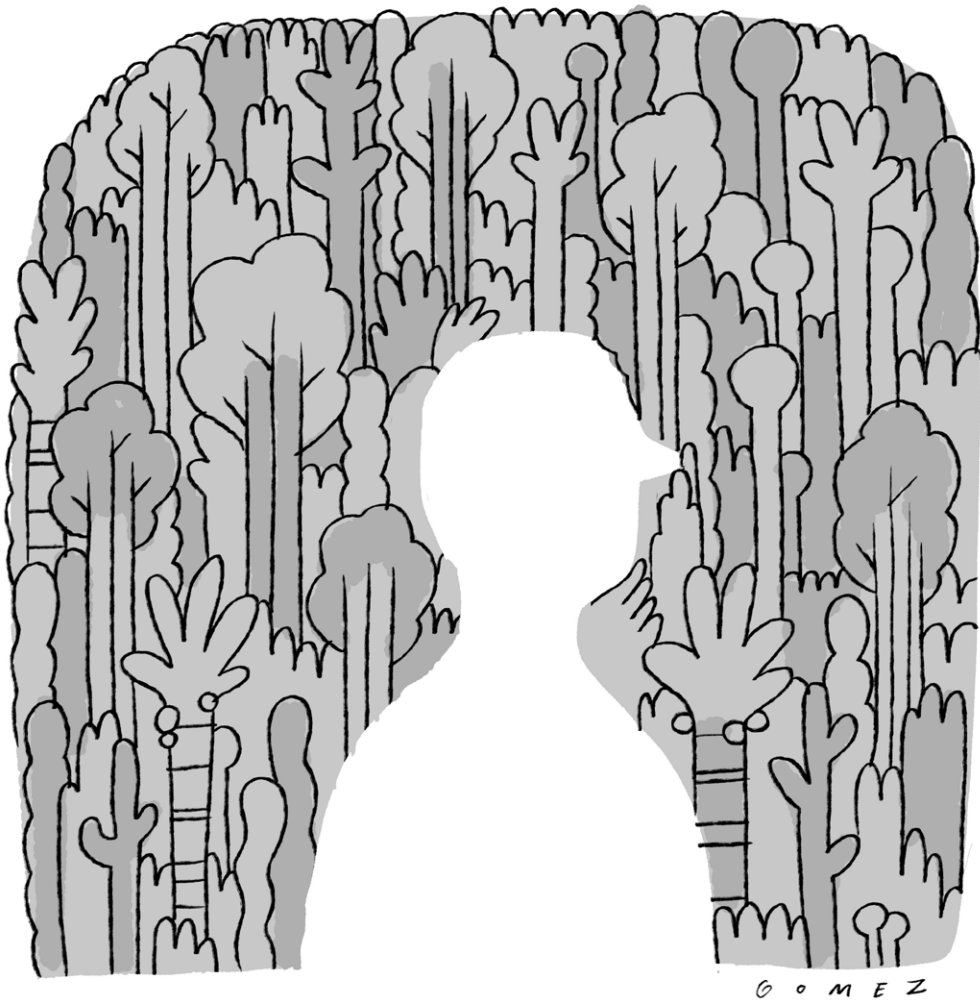


O homem e a continuação da vida no planeta

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022–2030 o Brasil e o Mundo que queremos



que são exploráveis pela espécie humana para fins úteis. Muitos locais onde a natureza prosperava livremente foram modificados, sujeitos a intensa ação de origem humana. Atualmente, a noção de nossa inconsequência é bem sabida: poluição do ar e da água, chuva ácida, desmatamento, perda da vida selvagem, extinção de espécies, degradação e esgotamento do solo.

Atualmente, já existe uma boa parcela dos cientistas que defende a criação de um novo período geológico: o antropoceno, do grego anthropos, que significa humano, e kainos, que significa novo. Esse termo foi popularizado em 2000 pelo químico holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de química em 1995, para designar nova época geológica caracterizada pelo impacto do homem no planeta. A mudança de período aconteceria porque, segundo cientistas, não há mais condições de dividir as atitudes humanas e as transformações do meio ambiente.

A biologia, a química, a genética e a agro-

nomia são alguns dos campos em que os usos da natureza são exaustivamente desenvolvidos. Cientistas e pesquisadores alegam que as transformações causadas pelo homem na natureza são irreversíveis e, por conta disso, estaríamos entrando em uma era definitiva — e que para muitos pode acabar num fim trágico.

Esse caminho que pode nos levar à autodestruição pode ser entendida com uma evolução inversa. Nos primórdios de nossa civilização existia um vínculo de reverência, em que as leis da natureza estavam em harmonia com a vida social e dos costumes. As leis morais agora nem sempre estão em harmonia do natural, paralelamente com o ordenamento jurídico, esse por vezes ligados a interesses políticos, a ordem econômica, como forma de buscar mais lucro e proveito. O que se quer é uma nova compreensão da relação entre o homem e o meio ambiente, que se lute pela concretização do nosso paradigma de sustentabilidade, do nosso objetivo de proteção e preservação do meio ambiente e da preservação da vida no planeta.

» REGINA ALVES
Pedagoga

Reavaliar os resultados e assegurar novo caminho para recuperar perdas na educação

Por estarmos atravessando ainda um momento delicado e desafiador como a pandemia, já era esperado, por toda a comunidade escolar, que os resultados sobre educação básica, lançados pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a respeito do último ano (2021) não seriam dos mais animadores.

Para equalizar o debate, lembro que os índices pré-pandemia já preocupavam. Levantamento de 2019, divulgado pelo próprio MEC e o Inep, mostrou que a porcentagem de alunos do 9º ano do ensino fundamental com nível adequado de aprendizado de matemática era 24,4%. Também é importante dizer que o Brasil foi um dos países que mais tempo ficou com escolas fechadas durante a pandemia, como expôs a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), em um estudo do ano passado: comparado com a média de países ricos, o Brasil teve 178 dias (o triplo) a mais com alunos longe das escolas.

Mesmo com índices insatisfatórios, porém, é válido lembrar que havia, desde a série histórica do Ideb, certo avanço e, ano a ano, a educação básica brasileira apresentava melhorias. De volta ao presente, nos deparamos com números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021, recentemente disponibilizados pelo MEC e Inep e que já estão dentro do contexto pandêmico, longos períodos sem aulas presenciais e todos os inúmeros problemas de desigualdade educacional que,

exaustivamente, já sabemos e comentamos.

Analisando apenas tecnicamente, os resultados de 2021 até podem ser comparados com os anteriores e nós, educadores, com certeza estávamos ansiosos para sabermos o quanto a pandemia efetivamente impactou o ensino de nossas crianças e jovens. Isso porque, desde o início do Saeb censitário, em 1995, foi possível construir um plano de melhoria da educação no Brasil e a criação de políticas públicas mais assertivas. Mas, ao ampliar a análise, acredito que comparar esses resultados com edições do passado seja contraproducente, porque estamos falando de especificidades e particularidades muito ímpares de cada região do país, o que por si só já dificulta um diagnóstico mais fiel à realidade brasileira.

Em 2021, 97% das escolas previstas participaram da aplicação das provas. Isso mostra o comprometimento de toda a comunidade escolar para a acareação desses índices e a segurança na aplicação e confiabilidade. Uma iniciativa louvável, a parceria com as escolas é fundamental para o sucesso desse projeto. Um país na dimensão do Brasil exige considerações em relação a esses dados e não tem lugar melhor que a própria escola para viabilizar o estudo, que vai nortear a tomada de decisão, devido ao acesso de informações do contexto, associado a esses resultados.

É muito importante valorizar e reconhecer a relevância do papel do professor e toda a comunidade escolar, que muito lutaram para manter o ensino em níveis consideráveis,

ou evitar uma perda muito grande nos resultados de 2021 e que, embora considerável — falando especificamente de São Paulo, anos iniciais do ensino fundamental tiveram queda de 0,4 na pontuação — foi menos problemático do que imaginávamos. Isso se deve ao acolhimento, escuta ativa e dedicação incansável de profissionais que minimizaram as consequências desse impacto, que poderia ser infinitamente maior.

Temos ciência de que devemos ter cuidado com as análises e comparações dos dados de anos anteriores com o de 2021, devido à pandemia e às condições que foram impostas, mas, analisando o atual cenário, podemos dizer que o 2º ano do ensino fundamental sofreu impacto mais evidente no processo de alfabetização — durante o período remoto -- e a matemática permanece a mais impactada no 5º ano do ensino fundamental e, nesse ponto, precisamos repensar nossas práticas didáticas e talvez o nosso currículo.

É preciso, mais do que nunca, assumir um compromisso de assegurar políticas públicas, não somente por parte do governo, mas também com movimentações de toda a sociedade civil que visem à interferência pedagógica necessária e recuperação de conteúdos e continuidade do plano de indicadores, que foram estabelecidos em 2007 no conjunto de metas. São tempos de esperança, no sentido tão bem colocado por Paulo Freire de esperar, de se levantar e ir atrás, construir o futuro que desejamos, e não apenas esperar.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Pensar o Brasil

Ante a perspectiva de o Brasil vir, uma vez mais, a tomar os rumos da estrada sinistra em obediência ao que estariam indicando as “infalíveis” urnas eletrônicas, nada mais útil do que, num gesto de consolo derradeiro trazer à tona aqui, não um alerta sobre os muitos malefícios dessa opção, já testada entre nós e em outras partes do mundo, e com os resultados que já conhecemos, mas a lembrança de que o Brasil, como um mau aluno, definitivamente, não quer aprender.

Mesmo sendo objeto de profunda e criteriosa análise, em que seus males seculares foram devidamente esclarecidos e apontados um a um, ainda assim persiste em nosso país, a tentação teimosa e inútil de reinventar uma espécie de roda que não gira. Com isso, seguimos parados ou em marcha ré contínua.

Tivesse o país dado ouvidos ao que pregavam, há mais de meio século, personagens ilustres e dotadas de raciocínio ímpar e brilhante, por certo as crises institucionais e econômicas cíclicas, que experienciamos nessas últimas décadas, não teriam existido. A insistência com que o Brasil fecha os ouvidos as admoestações clarividentes, tem seu preço, na forma da continuidade de governos pouco ou nada afeitos a pensar.

A frase que dizia: “É preciso pensar o Brasil” foi deixada de lado, por falta de pensadores. Faz falta ao país gente como Roberto Campos (1917-2001) cuja a missão de vida foi justamente esta: estudar e esmiuçar o país, em busca de alternativas que o libertasse das mazelas e do labirinto do subdesenvolvimento crônico.

Campos foi além de pensador, arguto. É dele a iniciativa de criação do Banco Central em 1965 quando era ministro do Planejamento, para agir nos ciclos inflacionários e deflacionários e que, em sua visão, deveria ser independente em relação aos governos de plantão, voltado exclusivamente para proteção da moeda, alheio as agitações políticas.

O problema de ser demasiadamente sofisticado e avançado num país, muitas vezes governado por semianalfabetos, é que esse desnível intelectual acaba ou em invejas e perseguições ou em banimento, puro e simples.

Já nos anos 1960, Roberto Campos tinha uma visão muito clara do que o Brasil necessitava para sair do impasse. Primeiro mobilizar a poupança interna voltada para o investimento; seguido de uma redução na ineficiência desses investimentos; na sequência reduzir a instabilidade das receitas de exportação. Por fim, treinar os brasileiros para o advento da civilização tecnológica e para a missão de liderar esses avanços e, obviamente, melhorar a qualidade do governo. É nesse último ponto que andamos as voltas, sendo obrigados, inclusive, a assistir à uma queda acentuada na qualidade de nossas lideranças. Nesse último quesito, andamos para trás, tanto que falar em qualidade, soa demasiado despropositado.

Lembrando aqui que Roberto Campos, chamado raivosa-

samente pela esquerda de “Bob Fields” foi deputado federal, senador, ministro, embaixador nos Estados Unidos e no Reino Unido, tendo participado da Constituição de 1988. Para um país de moucos, Campos pregava, no deserto, o livre mercado, o estabelecimento de um governo com contas ajustadas, onde haveria corte nos gastos improdutivos para permitir o aumento nos investimentos sociais, principalmente em educação, saúde e segurança. Insistia ele, que o país reduzisse as barreiras comerciais, para expandir o mercado interno, além de estabelecer regras mais claras, simples e estáveis para regular o setor privado. Tudo o que ainda hoje tentamos fazer a conta gotas.

Para os que hoje sonham com a volta da estatização da economia, com o governo controlando tudo, Campos advertia: “Há quatro características essenciais ao capitalismo: reconhecimento da propriedade privada, sinalização mediante o sistema de preços, livre acesso ao mercado pelos agentes econômicos e regras estáveis do jogo num Estado de direito”. Roberto Campos já alertava, sessenta anos atrás, que a causa da inflação era o gasto descontrolado do governo, e a insistência com que tentava contornar esse problema através da emissão de moeda e de papéis ou letras do Tesouro.

É preciso ressaltar aqui a íntima relação entre economia e política no Estado. Com isso fica demonstrado que políticos medíocres induzem a economia, inevitavelmente, para a mediocridade, preferindo ser populistas a serem patriotas.

No livro *A lanterna na Popa*, lançado por campos, em 1994, em que perpassa 50 anos do Brasil ao longo do século 20, um calhamaço de 1.460 páginas, e que logo se tornou um best seller clássico, ele lembrava da frase de Coleridge “A luz que a experiência nos dá é de uma lanterna na popa, que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás”.

» A frase que foi pronunciada

“A mágica agora é o denunciismo do ‘pega corrupto’. Esquecemos as razões profundas da corrupção, a falência múltipla do Estado, obsoleto, corporativo, ocupado por interesses espúrios, cuja ineficiência tem por maiores vítimas, os pobres e indefesos.”

Roberto Campos

» História de Brasília

Mais uma do “Gavião”: falta água quase todos os dias. Os reservatórios construídos não foram inaugurados. Ou melhor, foram, e não aprovaram, por causa da infiltração. As especificações da construção estavam erradas. (Publicada em 11/3/1962)